



Discurso do Estado do Sector

Senhor Ministro da Economia,

Senhor Vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão,

Senhor Presidente do IAPMEI,

Senhora Diretora-Geral da DGAE,

Senhor representante do Senhor Presidente da República,

Senhor Presidente da AEP,

Senhor Vice-Presidente da AIMMAP e da CIP,

Senhor Presidente do CITEVE e do CENTI,

Senhor Presidente da UGT,

Restantes Dignatários,

Caros colegas, empresárias e empresários,

Minhas senhoras e meus senhores,

As minhas primeiras palavras são de saudação para todos os presentes, e em especial para o Senhor Ministro da Economia, que, apesar de estar confrontado com uma apertadíssima agenda e ter de se ausentar a seguir à abertura desta sessão para acompanhar a visita do Senhor Primeiro-Ministro a Moçambique, ainda assim quis comparecer neste Fórum, como, aliás, sempre o fez desde que está investido no superior cargo que desempenha. Também foi esta a razão pela qual alteramos a ordem do programa original e que, certamente, todos compreenderão.

O Fórum da Indústria Têxtil completa 20 edições, desde que foi instituído, em 1996, com o objetivo de realizar uma grande conferência anual, da fileira têxtil e vestuário para toda a fileira têxtil e vestuário, numa lógica integradora de todos os seus atores, discutindo os temas mais prementes da atualidade e que impactam no sector, mas, igualmente, procurando ver mais longe, discutindo, de forma prospetiva, as grandes tendências que irão influenciar o futuro da indústria, de modo que se permita fornecer



informação valiosa às empresas para trabalharem as estratégias, de acordo com as suas especificidades, idiossincrasias, capacidade e potencial.

Durante os 22 anos que nos separam, desde a primeira realização em 1996, vimos o sector passar por momentos de expansão, de contração e até de declínio, que alguns erradamente prognosticaram como fatal, e finalmente de sustentada recuperação. Foram edições que contaram com temas motivantes e mobilizadores, com palestrantes do mais alto nível, vindos de Portugal e do exterior, com audiências numerosas e participativas, o que faz desta conferência a mais antiga e importante ao nível sectorial no país e mesmo na Europa.

E se as temáticas de natureza informativa e técnica de elevada qualidade foram um dos grandes trunfos do êxito e longevidade do Fórum, não é menos o facto de ele se ter tornado o espaço em que se realiza, pela voz do Presidente da ATP, o “discurso do Estado do Sector”, o qual é dirigido igualmente à Comunicação Social e ao Poder Político, que V.Exa. hoje aqui representa. Um discurso que analisa a conjuntura e as tendências, mas que também alerta para os problemas e estrangulamentos que a indústria enfrenta e que reclama a atenção e o apoio que as políticas públicas e o Estado lhe devem prestar.

É certo que a indústria têxtil e vestuário nacional vive um momento positivo, pelo menos bem mais positivo que há dez anos atrás, em que nos achávamos em pleno turbilhão de choques competitivos sucessivos, que em outras edições deste Fórum já analisamos exaustivamente, os quais determinaram uma dramática reestruturação das empresas e uma reinvenção da atividade, com base em novos “drivers”, para fugir à fatal competição pelo preço e, deste modo, poderem sobreviver.

Hoje, felizmente, e com orgulho legítimo, a indústria têxtil e vestuário portuguesa é um caso de sucesso internacional, que o mundo quer conhecer e imitar, projetando como nunca antes a excelência do “made in Portugal”, o que muito tem contribuído para que o sector se expanda por todos os mercados, as exportações tenham mesmo atingido um recorde absoluto de mais de 5,2 mil milhões de euros em 2017, e, neste primeiro quadrimestre, segundo os dados do INE, continuem a crescer 2,5% face ao mesmo período do ano passado. Mesmo assim, sentimos que é um ano de consolidação, em relação aos últimos 8 anos de crescimento sustentado.

Não significa isto, Senhor Ministro, que estamos satisfeitos, que nos acomodamos e que somos complacentes.

E não podemos ser complacentes, connosco em primeira linha, pois há muito mais a fazer do que foi feito, para conferir sustentabilidade aos progressos alcançados. Temos de ter melhores empresas, colaboradores mais qualificados e motivados, mercados mais bem trabalhados, diversificando também destinos, uma gestão nas nossas organizações cada vez mais rigorosa e sofisticada, de modo a obtermos maior eficiência e resultados. Isto depende de nós. Uns fazem-no melhor do que os outros e são retribuídos por isso, outros não o conseguem e, a prazo, podem mesmo ser afastados da atividade. É o mercado a funcionar e nada temos a apontar ou a reclamar.

Pelo contrário, aquilo que é o contexto em que atuamos e que nos toca a todos por igual, o qual não é nossa responsabilidade, mas acaba por se tornar o nosso lastro, é já o resultado das boas ou más decisões da classe política, que tem responsabilidades governativas, pelo que estas palavras lhe são dirigidas.

Sempre afirmamos que o Ministro da Economia é o “provedor das empresas” junto do Governo, de forma a procurar testemunhar algo que nos parece óbvio, (tem tido a oportunidade de constatar nas visitas que tem realizado a muitas empresa) mas que ainda não o é, infelizmente, para muitos políticos e para muitos dos “media” que vamos tendo: o que é bom para as empresas é bom para o país, o que prejudica as empresas prejudica o país, pagando este, mais cedo que tarde, todas as medidas, ou ausência delas, que se tomam e que atentam contra a competitividade.

Apesar de termos dedicado este Fórum a temas que serão a base da competitividade do futuro, como a economia digital e a indústria 4.0., não podemos esquecer que as empresas continuam, no dia de hoje, sujeitas aos clássicos fatores produtivos que determinam a sua competitividade interna e a sua capacidade concorrencial externa. E o que constatamos, ao contrário do que parece ressaltar do discurso político e da imprensa, é que o ambiente de negócios está hoje diferente, mais difícil, mais complicado, do que há um ano atrás, o que deverá preocupar o Ministro da Economia na qual deverá já, a determinar um conjunto de ações em conformidade, a começar por convencer os seus colegas de Executivo que o caminho que o Governo está a seguir em algumas matérias esta errado e que, mais cedo do que tarde, vamos acabar por pagar amargamente as opções tomadas. O Mundo está diferente de há um ano atrás, está muito mais instável e incerto.

Para um sector que integra a indústria transformadora nacional, as questões que se prendem com os custos do trabalho, da energia e do capital são cruciais.

Começamos pelo capital, apesar de se registarem finalmente alguns sinais de que o crédito bancário começa a regressar às empresas, ele está muito longe de ser acessível sobretudo às PME's, sendo, por isso, um constrangimento significativo ao crescimento e ao investimento. As expectativas que colocávamos no “Programa Capitalizar”, que já tivemos oportunidade de elogiar em outras edições do Fórum, infelizmente encontram-se mitigadas pela sua implementação, que está muito aquém do esperado, já para não falar da enorme desilusão que constitui o IFD, mais conhecido pelo Banco de Fomento, que, ano após ano, promete arrancar e se mantém incompreensivelmente paralisado. Se juntarmos a esta equação, os fundos comunitários integrados no Portugal 2020, que, neste ano, a pretexto da reprogramação, nem sequer se disponibilizam por via das “calls”, então é impossível fazer uma análise positiva na perspetiva do financiamento da economia.

Contudo, Senhor Ministro, o que mais nos perturba e preocupa, de momento, são precisamente os factores produtivos energia, trabalho, num primeiro plano, seguido pela continua excessiva tributação, os chamados Impostos quer sejam diretos ou indiretos, bem como também pela excessiva burocracia administrativa, que as empresas estão sujeitas que em vez de se simplificar, complicou-se ainda mais e com mais custos para as empresas.

As recentes iniciativas do Governo, cedendo às pressões dos partidos da esquerda radical, assim como dos sindicatos que orbitam no seu universo ideológico, promoveram uma inesperada rigidificação do quadro jurídico-laboral, em que se destacam o fim do “banco de horas” individual e os constrangimentos à celebração de contratos a termo. Os desafios do nosso tempo e do nosso mundo exigem flexibilidade, especialmente para as indústrias exportadoras, que competem em todo o mundo, pelo que espartilhar a gestão das suas estruturas com quadros legais anacrónicos e totalmente desajustados, é condená-las, a prazo, ao desaparecimento. Numa época em que se discutem temas como a automação e a inteligência artificial, que irão promover verdadeiras revoluções no mercado de trabalho, que já deveríamos estar a considerar e a procurar acomodar, continuamos presos a ideologias que nasceram no século XIX e que nos pretendem aprisionar a essa época, recusando enfrentar a realidade do tempo e do mundo que vivemos, inclusivamente fazendo reversões relativamente aos poucos progressos que já tínhamos conseguido empreender. O mesmo se diga do salário mínimo nacional, cujo debate se apresenta permanentemente enviesado e sectário, em termos político e mediático: confundem-se salários com o custo do trabalho, sendo que todos concordamos que é desejável ter

trabalhadores mais bem pagos e motivados, mas que não é possível às empresas suportar custos, empolados pela tributação do Estado, que crescem descontroladamente, sem que haja compensação pela via da produtividade e/ou da flexibilidade no trabalho. Além disso, deve-se sublinhar que, nesta polémica sobre o salário mínimo, quase sempre se esquece que, desde que este Governo está em funções, ele já aumentou mais de 15%, muito para lá da inflação e dos ganhos de produtividade, influenciando não apenas nos salários mais baixos, mas arrastando toda a grelha de remunerações das empresas, por uma simples razão de equidade.

Que contrapartidas tiveram as empresas ???

E se este tema é preocupante, o da energia não é menos, atendendo que, em algumas empresas, o seu custo é já o mais relevante, até porque, desde o início do ano tem apresentado consecutivos aumentos - quase 30%! -, criando um maior diferencial face aos nossos concorrentes europeus – a Alemanha tem um preço, em média, 40% menor que em Portugal -, que dificulta ainda mais a nossa competitividade internacional. Para mais todos sabemos que não é a energia em si que tem aumentado, mas sim o peso que os CMECs e outros adicionais que integram a fatura energética, e que se cifram em mais de 40% do seu valor!

Todos compreendemos que o Estado procure receitas para alimentar a sua estrutura e procurar cumprir o seu papel e obrigações, contudo a forma como o tem feito, aumentando sem cessar a fiscalidade sobre a criação da riqueza, incluindo o trabalho, pode redundar no colapso do tecido empresarial, que se sente, não apenas desapoiado, mas explorado e até hostilizado por quem deveria apoiá-lo e estimulá-lo, até porque são as empresas saudáveis e em expansão que criam valor, promovem exportações e geram cada vez mais e melhor emprego.

Senhor Ministro, sabemos que partilha esta nossa visão, pelo pedimos que, no seio do Governo, procure que o senso comum e a responsabilidade, porque é disso que se trata, prevaleçam sobre as pressões ideológicas, populistas e até eleitoralistas, que, aparentemente, até parecem ser do agrado geral, mas que, tal como o passado recente nos ensina, nos trazem sempre a amarga fatura no final.

Pedimos ao Governo que tenha a coragem e a vontade de encetar as reformas públicas, que tanto são necessárias, porque enquanto não as realizar, será sempre uma fatura que as empresas, o tecido industrial, terá que continuar a pagar.



Queremos ter uma indústria têxtil e vestuário moderna, próspera e dinâmica nos anos vindouros, pelo que além da inovação e do design que lhe conferem valor e diferenciação, é fundamentalmente que ela permaneça competitiva, de modo a ser concorrencial à escala global, capaz de atrair e fixar emprego cada vez mais bem remunerado, o que só será possível - repete-se - com um quadro jurídico-laboral mais flexível e com os custos dos fatores produtivos que sejam acomodáveis, seja no trabalho (não confundir com salários), na energia e no capital. Disto não prescindiremos enquanto formos indústria e enquanto quisermos que ela permaneça em Portugal.

Uma última palavra relativa à efeméride que, hoje, igualmente celebramos neste Fórum.

Há 15 anos atrás, as duas maiores associações da indústria têxtil e vestuário portuguesa, a “APT – Associação Portuguesa dos Têxteis e Vestuário” e a “APIM – Associação Portuguesa das Indústrias de Malha e Confecção”, realizaram uma fusão das suas estruturas, criando a maior e mais representativa organização da fileira, com o objetivo de unificar e fortalecer a voz, assim como conferir uma maior intervenção do sector junto do Poder, dos “media” e da sociedade em geral, na busca do justo reconhecimento que faltava a uma indústria que representava - e representa - 3% do PIB, 10% das exportações nacionais e 20% do emprego na indústria transformadora do país. Quinze anos volvidos não poderia ser mais positivo o balanço desta fusão: o sector ganhou o respeito e atenção do país, tem um discurso estratégico, coerente e consistente, promoveu uma clara melhoria da sua imagem, dentro e fora de Portugal, e transformou o “made in Portugal” numa etiqueta de excelência respeitada e procurada em todo o mundo, sendo a indústria têxtil e vestuário portuguesa um “case study” de sucesso a nível internacional.

Pedia uma salva de palmas aos dirigentes da altura das duas Associações, José Alexandre Oliveira, Paulo Nunes Almeida, Carlos Branco, Fernando Barroso, João Costa, e a toda a equipe, que tiveram esta iniciativa, que levaram avante este projeto, contra tudo e contra todos, mas com uma vontade muito forte, pois se aqui estamos hoje, a eles o devemos.

Por tudo isto, porque o sector é feito de empresas e as empresas de pessoas, procuramos simbolicamente instituir o dia de hoje, 4 de Julho, como o “dia do profissional têxtil”, celebrando assim todos aqueles que dedicam a sua vida a esta atividade, do empresário, que lidera a organização, passando pelos gestores, os



quadros, os designers e os técnicos, até aos operários, nos quais estão também o precioso “know-how” que se transmite de geração em geração, sem esquecer quem lhe presta serviços, ensina e investiga, pois todos criam, em conjunto, um sistema complexo e sofisticado, sem o qual este sector não teria sobrevivido a tantas vicissitudes e não teria hoje razões para continuar a acreditar no seu futuro.

É a todos os profissionais que integram a indústria têxtil e vestuário que esta edição do Fórum, e este dia, a partir de hoje, lhe é dedicado com toda a justiça. Bem hajam os Presentes, Bem Hajam os Ausentes e Bem Hajam os Futuros.

Muito obrigado.

Vila Nova de Famalicão, 4 de Julho de 2018

Paulo Melo

Presidente da ATP